

## PRÁTICAS DA HISTÓRIA

JOURNAL ON THEORY, HISTORIOGRAPHY,  
AND USES OF THE PAST

N.º 7 - 2018



### **Historiadores citando historiadores: afirmações de verdades e a construção do discurso histórico (Diogo Borel e as traduções da Constituição francesa)**

---

**Cláudio DeNipoti**

*Práticas da História*, n.º 7 (2018): 133-160

[www.praticasdahistoria.pt](http://www.praticasdahistoria.pt)

## Cláudio DeNipoti

### **Historiadores citando historiadores: afirmações de verdades e a construção do discurso histórico (Diogo Borel e as traduções da Constituição francesa)**

---

A historiografia se constrói, entre outras coisas, pela referência de trabalhos antecessores no campo de investigação. Com frequência, essas citações ocorrem com o intuito de reforçar argumentos defendidos nos textos, como validação historiográfica estabelecida. Este artigo busca perseguir uma dessas verdades historiograficamente estabelecidas – a tradução e impressão para o português de doze mil exemplares da Constituição francesa de 1791 e do *Père Gérard* pelo livreiro francês radicado em Lisboa, Diogo Borel – consolidada na historiografia luso-brasileira desde o século XIX, e as maneiras como os historiadores se utilizaram e apropriaram dela em textos com matrizes teóricas diversas.

Palavras-chave: Historiografia brasileira, historiografia portuguesa, história do livro.

---

### **Historians citing historians: statements of truths and the construction of historical discourse (Diogo Borel and the translations of the French Constitution)**

Historiography is constructed, among other things, by the referencing of predecessor works in the field of investigation. Often, these quotations occur with the intention of reinforcing arguments, as established historiographic validation. This article analyses one of these historiographically established truths – the translation and printing into Portuguese of twelve thousand copies of the French constitution of 1791 and the *Père Gérard* by the French bookseller living in Lisbon, Diogo Borel – consolidated in Luso-Brazilian historiography since the nineteenth century, and the ways in which historians have used and with most diverse theoretical matrices and historiographic appropriations.

Keywords: Brazilian historiography, Portuguese historiography, book history.

# **Historiadores citando historiadores: afirmações de verdades e a construção do discurso histórico (Diogo Borel e as traduções da Constituição francesa)**

Cláudio DeNipoti\*

## **Introdução – Diogo Borel e os doze mil exemplares da constituição francesa**

A escrita da história é um constante referenciar-se. Referenciam-se textos do passado que, devidamente problematizados, são considerados fontes, e referenciam-se os textos de outros historiadores, com o intuito de “legitimar” o próprio texto na tradição historiográfica à qual se pretende pertencer. Neste segundo percurso, não é incomum vermos cadeias intelectuais, com as citações sucessivas ajudando o leitor a definir quem ensinou quem, e quem segue quem no processo de construção historiográfica. Isto tem relação com o processo de construção da erudição que conforma a escrita da história a partir do século XVIII e que encontra sua expressão máxima no uso abundante das notas de rodapé,<sup>1</sup> bem como com os aspectos gerais da prática historiográfica, que buscam inserir o trabalho de investigação em campos preexistentes de conhecimento histórico. As citações fazem parte, portanto, de qualquer texto de historiadores, auxiliando na afirmação ou negação de definições epistemológicas comuns a determinado grupo, escola ou período, como pode ser exemplificado no caso bastante estudado dos *Annales* sob a liderança

\* Departamento de História: Universidade Estadual de Londrina / CEIbero- Grupo de pesquisa em Cultura e Educação nos Impérios Ibéricos

1 Anthony Grafton, *As origens trágicas da erudição: pequeno tratado sobre a nota de rodapé* (Campinas: Papirus, 1998).

de Lucien Febvre e Fernand Braudel.<sup>2</sup> Buscaremos aqui ver um exemplo de como os historiadores usaram as citações para estabelecer verdades assentadas em uma tradição estabelecida historiograficamente.

Começemos a exposição com uma sequência documental, ambientada no fim do século XVIII, no auge do período da Assembleia, na Revolução Francesa e um mês após o início da regência de D. João, em Portugal, com a declaração de que D. Maria I estava oficialmente louca. Neste contexto, o embaixador português junto à corte de Luís XVI escreveu para Lisboa, fazendo uma denúncia particularmente preocupante:

Ilmo Exmo Snr

Tendo-me sido assegurado que o Livreiro Borel, estabelecido há muitos annos nessa Corte, e que se acha actualmente aqui, havia feito traduzir em português a Constituição Francesa, e a folhinha intitulada o Pay Gerardo, hu[m?] dos mais perigosos incendiarios que aqui existem, e feito empremir doze mil exemplares, com a perfeita intenção de os distribuir entre o povo de Lisboa e das Provincias, persuadido da verdade deste facto, e dezejando prevenir as fataes consequencias que rezultarião, se chegasse a efectuar-se esta distribuição, dou parte disto a V. EX.a, como já fiz em outro officio, a respeito do Brazil, afim que os preveros intentos desses revolucionarios fiquem frustrados, pela grande e assidua vigilancia do governo, que os introductores de principios tão abominaveis encontrem o castigo que merecem similhantes atentados, que a nossa policia ponha o maior cuidado na configuração destas brochuras, logo que chegarem a qualquer dos portos do Reino.<sup>3</sup>

2 José Carlos Reis, *Escola dos Annales: a inovação em história* (São Paulo: Paz e Terra, 2000); Peter Burke, *A escola dos Annales 1929-1989: a revolução francesa da historiografia* (São Paulo: Unesp, 1992); Carlos Antonio Aguirre Rojas, *Fernand Braudel e as ciências sociais* (Londrina: EDUEL, 2003).

3 Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Ministério do Reino, cx 576, of. 44.

D. Vicente de Souza Coutinho, o embaixador português em Paris, estava no cargo desde o fim da “Guerra Fantástica”, nome, em Portugal, da Guerra dos Sete Anos (1756-1763),<sup>4</sup> e fez a denúncia, datada de 15 de janeiro de 1792, que não especificava qual dos irmãos Borel era o responsável pelo ato subversivo descrito. Os livreiros Borel (Borel, Borel & Cia), por sua vez, à época da denúncia incluíam Diogo, então com trinta e oito anos, e seu irmão Pedro José, além de outros membros da família, que se sucedem na documentação como sócios, parceiros ou “compadres”.<sup>5</sup>

A partir da denúncia feita no início daquele ano, o aparato de controle e censura, personalizado no Intendente-Geral de Polícia da Corte, Diogo Inácio de Pina Manique, passou a agir e registrou, nominalmente, a presença de Diogo Borel em um relatório oficial ao Mordomo-Mor, de 07 de agosto de 1792, dizendo que aquele livreiro desembarcou em Lisboa em agosto daquele ano, no mesmo navio que “um Jacobino, que vem caracterizado [de] Secretario da Embaixada de França”, além de outros indivíduos de origem francesa que o Intendente considerava perigosos.<sup>6</sup> No dia 18 do mesmo mês, o Intendente complementou a “conta” anterior, expressando preocupação com as recentes chegadas por acreditar que elas “tem consequencias funestissimas”, e continuou a avisar sobre o perigo que representavam para a Coroa.<sup>7</sup>

A sequência documental é complementada pelo relato do *Tableau de Lisbonne*, de 1797, que menciona o fato de o livreiro Borel, estando preso em 1793, ter solidariamente arcado com o valor da sua

4 Assim chamada devido à grande quantidade de movimentação de tropas francesas, espanholas, inglesas e portuguesas, sem que nenhuma batalha tenha, de fato, acontecido. Ver: Manoel Francisco de Barros e Souza, Visconde de Santarém, *Quadro elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal* (Pariz: J. P. Aillaud, 1851), XXIV-XXV. Sobre Dom Vicente de Souza Coutinho, ver: Maria Áquila Neves dos Santos, *Pré-Revolução e Revolução em França (1788-1789): A óptica do Embaixador Sousa Coutinho* (Tese de Licenciatura em História, Universidade de Coimbra. 1970); Joaquim Pintassilgo, “A Revolução Francesa na perspectiva de um diplomata português. (A correspondência oficial de António de Araújo de Azevedo),” *Revista de História das Ideias* 10 (1988): 131-44.

5 Diogo Ramada Curto *et al.*, *As gentes do livro: Lisboa, Século XVIII* (Lisboa: Biblioteca Nacional, 2007), 306.

6 ANTT, Ministério do Reino, mç 453; ANTT, Intendência-Geral de Polícia, livro 3, f. 247.

7 ANTT. Intendência-Geral de Polícia, maço 01, caixa 01.

própria passagem para a Itália, bem como para um grupo de cerca de quarenta pessoas presas por Pina Manique, expulsas do reino e “absolutamente impossibilitadas de pagar suas passagens”.<sup>8</sup> Sabemos da trajetória turbulenta dos livreiros portugueses de origem francesa até, pelo menos, meados da década de 1810.<sup>9</sup> Resta vermos o que foi feito da acusação sobre Diogo Borel.

### Diogo Borel e a censura

Esta não foi a primeira nem a última vez que Diogo Borel e outros membros de sua família se viram às voltas com a repressão e a censura aos livros proibidos. Embora os Borel fossem livreiros bem estabelecidos na cidade de Lisboa desde meados da década de 1760, legalmente vendendo livros proibidos àqueles leitores autorizados pela Real Mesa Censória a lê-los, em 12 de julho de 1779 Diogo Borel se viu envolvido nas redes de repressão dessas mesmas obras. Naquele dia, sua loja e seu depósito doméstico, bem como os de outros livreiros de origem francesa, foram revistados, por ordem dos censores, resultando na apreensão de uma grande quantidade de livros. Ao saber que outros livreiros foram detidos, Diogo (cujo tio e fundador da casa livreira, Pedro Borel, fora preso pelos mesmos motivos em 1771) escreveu à Rainha, apresentando “as razões que o isentavam de culpa”:

Sublinhando que “a simples achada de livros proibidos  
não os constituía criminosos e muito menos para serem pre-

8 Anonyme [attribué à Carrère], *Tableau de Lisbonne en 1796* (Paris: Jansen éditeur, 1797), 158-59.

9 Em uma historiografia bastante mais vasta, ver: Maria Teresa Esteves Payan Martins, *A censura literária em Portugal nos séculos XVII e XVIII* (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2005), 467-68; Luiz Carlos Villalta, *Reformismo ilustrado, censura e práticas de leitura: usos do livro na América Portuguesa* (Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 1999); Luís António de Oliveira Ramos. “Da aquisição de livros proibidos nos fins do século XVIII: (casos portugueses),” *Revista da Faculdade de Letras: História* 04/05 (1973-1974): 329-38. Cláudio DeNipoti, “Comércio e circulação de livros entre França e Portugal na virada do século XVIII para o XIX ou quando os ingleses atiraram livros ao mar,” *Revista Brasileira de História* 28, n.º 56 (2008): 431-48; Cláudio DeNipoti. “O livreiro que prefaciava (e os livros roubados): os prefácios de Francisco Rolland e a circulação de livros no império português ao fim do século XVIII,” *História: Questões & Debates* 65, n.º 1 (2017): 385-411.

sos”, e depois de declarar que todos os livros que lhe haviam sido apreendidos se “encontravam expostos à venda sem resguardo”, o que evidenciava a sua “boa-fé e excluía a presunção de delito”, Diogo Borel justificou a presença de todos os livros proibidos que foram encontrados na sua posse.<sup>10</sup>

As agruras de Diogo Borel não ficaram restritas aos anos finais do século XVIII. Com as guerras napoleônicas, o conseqüente medo de tudo o que era francês<sup>11</sup> fez com que a Intendência-Geral de Polícia da Corte emitisse ordens gerais para que todos os cidadãos franceses residentes se retirassem da corte:

Qualquer que tivesse sido seu “comportamento” após a entrada quase triunfal de Junot-Duque de Abrantes ou durante o seu governo “salvador”, tinha que sair do país a curto prazo, ou seria preso e deportado. Simpatizante aberto ou crítico – escondido ou tímido – que tivesse sido, o francês ficou, na prática, condenado ao imediato exílio, após a convenção de Sintra.<sup>12</sup>

Diogo, então com 54 anos, seu irmão Pedro José, os cunhados João Baptista e Cesário Alexandre assinaram juntos, em fevereiro de 1809, um requerimento para não serem obrigados a sair de Lisboa.<sup>13</sup> O requerimento surtiu algum efeito, pois em dezembro Diogo não foi incluso na lista – elaborada pela Intendência – de franceses e italianos

10 Martins, *A censura*, 467-68.

11 Ricardo Antonio Souza Mendes, “O medo francês,” *Métis: história & Cultura* 5, n.º 10 (jul./dez. 2006): 101-19; Lúcia Maria Bastos P. Neves e Tânia Maria Bessone Ferreira, “O medo dos ‘abomináveis princípios franceses’: a censura dos livros nos inícios do século XIX no Brasil,” *Acervo* 4, n.º 1 (jan./jun. 1989): 113.

12 Manuela D. Domingos. *Livreiros de setecentos* (Lisboa: Biblioteca Nacional, 2000), 97.

13 Curto. *As gentes*, 307.

que deveriam abandonar o país.<sup>14</sup> Dois anos depois, Diogo, João Baptista e Cesário solicitaram o levantamento do sequestro dos seus bens imposto pelo governo em função das “prudentes e acertadas providencias do governo deste Reino a respeito dos estrangeiros de origem francesa”, alegando sempre terem desejado “permanecer neste Reino pretendem naturalizar-se para gozarem das graças e privilegios dos naturaes dele”.<sup>15</sup> A afirmação de lealdade para com Portugal não convenceu as autoridades, que emitiram uma ordem de prisão para todos os sócios, com instruções de serem remetidos à corte, no Rio de Janeiro. Em 26 de outubro de 1811, João Baptista foi solto e Diogo e Cesário seguiram para o Brasil no navio “Princeza Carlota”, acompanhados dos papéis apreendidos em sua loja.

Os documentos escritos pelo Intendente se referem, com frequência, à denúncia do embaixador Souza Coutinho. Ainda assim, não foram encontradas evidências diretas dos livros que o comerciante deveria trazer de Paris. A denúncia é presumida como verdadeira mas, se Diogo Borel de fato mandou traduzir e imprimir uma quantidade de livros que está acima dos padrões editoriais do período, conforme a historiografia tem estudado, essas obras não estavam no navio “Duas Irmãs” com ele. Percebe-se então que a denúncia, por si só, foi suficiente para que Pina Manique entrasse em ação, pois nenhuma evidência adicional foi encontrada. A casa Borel, Borel & Cia fez, em julho de 1792, uma solicitação à Real Mesa Censória para importar livros de França, Holanda e Itália, e podemos supor que o livreiro fora a Paris para adquiri-los.<sup>16</sup>

A denúncia do embaixador parece excessiva, pois o volume de exemplares excede em muito o que se conhece sobre o mercado editorial português do século XVIII. Mesmo considerando que a Constituição em sua edição original francesa de 1791 tinha 78 páginas, a tiragem de doze mil cópias em português e outras doze mil do *Almanach du Père*

14 Domingos, *Livreiros*, 133.

15 Curto. *As gentes*, 694-95.

16 Curto. *As gentes*, 286.



*Gérard* (que, na edição de 1792, tinha 110 páginas), parece um tanto exagerada, mesmo no calor dos eventos e no esforço de propagação dos ideais revolucionários.

Uma tal quantidade de livros seria facilmente apreendida, mesmo supondo esquemas de contrabando que pudessem burlar a vigilância particularmente alerta do Intendente e outros agentes da censura no contexto do “medo francês”. O mais provável é que Borel estivesse comprando livros proibidos, como aliás era comum entre os livreiros de origem francesa em Lisboa, utilizando os estratagemas diversos estudados à exaustão na obra de Maria Teresa Payan Martins, entre outros autores.<sup>17</sup>

Como em 1779, quando foi preso e teve os livros de sua loja apreendidos, Diogo possivelmente comprou exemplares (em francês) da Constituição de 1791 e do *Père Gérard* que pretendia vender, com a desculpa (usada em 1779) de vendê-los “a quem tem licença” em uma aposta na “normalidade” dos negócios mesmo em tempos agitados. Por outro lado, a suspeita de “preversos [...] revolucionarios”, libertinos e maçons que pesava sobre os comerciantes franceses em geral – e os livreiros em particular – deve ter desempenhado um papel importante neste caso.<sup>18</sup>

É possível que a denúncia, levada a D. Vicente de Souza Coutinho por uma fonte desconhecida e transmitida por ele ao Mordomo-Mor e, por sua vez, ao Intendente, exagerasse na quantidade para dar mais efeito ao medo que se generalizava entre os defensores de antigos regimes que viam na revolução o maior dos seus pesadelos, radicalizando as posturas antifrancesas e agindo antes mesmo dos censores reais. O elemento adicional da tradução para o português (aumentando seu potencial de subversão, portanto), só acentuava o temor original.

17 Luís A. de Oliveira Ramos, *Sob o signo das “luzes”* (Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1988); Martins, *A censura*, 777-878.

18 Diogo Ramada Curto, “Prefácio,” 12.

### O fato e a historiografia – do século XIX até à década de 1980

Em termos historiográficos, a primeira síntese dos eventos de agosto de 1794 surgiu na *História da Guerra Civil e do Estabelecimento do governo parlamentar em Portugal, compreendendo a historia diplomatica, militar e politica d'este reino desde 1777 até 1834*, de Simão José da Luz Soriano, publicado em Lisboa, em 1866. Para ilustrar o aumento gradativo de atividades de “propagação das idéas revolucionárias”, Luz Soriano escreveu que:

Em princípios de agosto de 1792 entrára no Tejo o navio chamado de *Duas irmãs*, vindo de um dos portos de França, trazendo por passageiros: 1º, Diogo Borel, o mesmo indivíduo de quem o nosso embaixador em Paris, D. Vicente de Souza Coutinho, participára ter mandado imprimir n'aquella capital 12.000 exemplares da constituição franceza, traduzida em Portuguez e outros 12000 da folhinha do *Pae Gérard* seu auctor, conhecido por um dos mais exaltados nas doutrinas revolucionárias; 2º, Luiz Antonio Martins Calhassen, natural de Sores, em Languedoc, que dizia vir para secretário da embaixada franceza, com destino a passar a encarregado de negocios logo que se verificasse a revogação do embaixador, conde de Challons; 3º, Thomás Antonio Lequen, natural de Paris, negociante em Lisboa, onde tinha tres irmãos com casas de negocio, homem igualmente de idéas revolucionárias.<sup>19</sup>

Luz Soriano ilustra o argumento citando publicações de livros que foram proibidos, expulsões de livreiros considerados “pedreiros livres” e ações do Intendente, com referências a um provável excesso de zelo

19 Simão José da Luz Soriano, *História da guerra civil e do estabelecimento do governo parlamentar em Portugal, compreendendo a historia diplomatica, militar e politica d'este reino desde 1777 até 1834* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1866), 1: 404.

de Pina Manique, que beirava a paranoia, “fundado em apprehensões excessivas a respeito de certos indivíduos, que nada mais tinham contra si que a reputação de litteratos”.<sup>20</sup> Não obstante, o Intendente manteve acirrada vigilância sobre os estrangeiros no Reino, relatando suas ações à Coroa em textos detalhados, constantemente autojustificantes.

Cabe destacar aqui que Luz Soriano teve uma trajetória política atrelada ao movimento liberal português. Da mesma geração que Alexandre Herculano e Almeida Garrett, e contemporâneo de Oliveira Martins, Luz Soriano escreveu a partir de um ponto de vista político claro – o liberalismo (ele estivera exilado nos Açores e participara da guerra civil de 1834 ao lado de D. Pedro).<sup>21</sup> Além disso, a obra de Luz Soriano, em sua maior parte escrita na segunda metade do século XIX, era marcada pelo desencanto com o liberalismo clássico, já que ele “evoluiu de um republicanismo teórico antiorganicista para uma esquerda monárquica progressista e, sobretudo, apartidariamente nacionalista”.<sup>22</sup> A narrativa factual de Luz Soriano também é pensada em termos de sua rejeição dos extremos políticos em foco no século XIX: o despotismo, por um lado, e a demagogia, por outro. Percebe-se, então, que o texto sobre as ações efetuadas pelo embaixador francês e pelo Intendente de polícia surgem na obra de Luz Soriano como denúncia dos extremos do despotismo. Em termos historiográficos, podemos pensar a obra de Luz Soriano como adequada aos seus projetos políticos que vinculavam a escrita da história a projetos nacionais, mantendo em mente a máxima de Cícero, da história como escola da vida.<sup>23</sup>

Em seu texto, Luz Soriano não referencia os documentos elencados anteriormente, embora ofereça notas que remetem às “contas” de

20 Soriano, *História*, 409.

21 Paulo Jorge Pontes Ramos, *Simão José da Luz Soriano: de liberal inflamado a homem conformado* (Tese de Mestrado em História, Universidade do Porto, 2011).

22 Júlio Rodrigues da Silva, “Simão José da Luz Soriano e o liberalismo moderado (1858-1860),” *Cultura. Revista de História e Teoria das Ideias* 22 (2006): 152-56; José Miguel Sardica, “Os partidos políticos no Portugal oitocentista (discursos historiográficos e opiniões contemporâneas),” *Análise Social* XXXII, n.º 142 (1997): 557-601.

23 Temistocles Americo Correa Cezar, “Lição sobre a Escrita da História: historiografia e nação no Brasil do século XIX,” *Diálogos: revista do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá* 8, n.º 1 (2004): 14.

Pina Manique. Contudo, a semelhança textual permite concluir que ele teve acesso aos registros setecentistas escritos pelo Embaixador e pelo Intendente, armazenados na Torre do Tombo, em Lisboa. Em que, pese o caráter condicional dado por Luz Soriano no trecho citado, cuidadosamente atribuindo a notícia a Souza Coutinho, fica a ideia de que os vinte e quatro mil exemplares eram um dado concreto.

A cadeia de citações do fato continua, cerca de meio século depois, com o artigo de Otto Karmin, “La Révolution française vue de l’intendance de Lisbonne (1792-1796),” publicado na *Revue historique de la Révolution Française et le Empire*.<sup>24</sup> O artigo é, na verdade, um conjunto de traduções documentais feitas pelo autor e transcritas “*soit intégralement, soit en résumé*”, retiradas dos livros de contas da Intendência-Geral de Polícia, arquivados em Lisboa. O documento específico que alude ao feito editorial de Diogo Borel é incluído em um subtítulo do artigo inteiramente dedicado às ações de Pina Manique contra os Maçons. Nesta alusão, Karmin citou a obra de Luz Soriano, juntamente com a *Histoire de la franc-maçonnerie en Portugal*, publicada pelo político republicano anticlerical português Manuel Borges Grainha em 1913.<sup>25</sup>

Karmin, sociólogo e professor na Universidade de Genebra no início do século XX, dedicou-se à *Revue historique de la Révolution Française* como editor, tendo sido autor de incontáveis artigos sobre assuntos relacionados ao período revolucionário. Escrevendo no período de fermentação de ideias sobre a história e a sociologia que viu avançarem os escritos de Émile Durkheim e Marcel Mauss, por um lado, e Oswald Spengler, por outro, a ideia de história expressa nos escritos de Karmin está ligada ao tempo linear, com enorme ênfase na biografia política, com aspectos do colecionismo documental tão fortemente defendido pelo historicismo, e presente nos esforços de *monumenta* dos séculos XVIII e XIX.

24 Otto Karmin, “La Revolution française vue de l’intendance de Lisbonne (1792-1796),” *Revue historique de la Révolution Française et le Empire* 14 (1919): 81-107.

25 Manuel Borges Grainha, *Histoire de la franc-maçonnerie en Portugal, 1733-1912* (Lisboa: A Editora, 1913).

Pouco mais de uma década mais tarde, a menção à ação revolucionária de Diogo Borel ao traduzir e importar livros foi retomada por Fernando Campos, que publicou, em 1931, *O pensamento contra-revolucionário em Portugal (Séc. XIX)* (na vigência, portanto, da Ditadura Militar portuguesa, capitaneada por militares e contando com a participação de António de Oliveira Salazar, que, em 1933, formalizou a instauração do Estado Novo português). Nesta obra, Campos escreveu que:

Por essa ocasião, participava de Paris, o mesmo D. Vicente de Sousa Coutinho, que um certo Diogo Borel, que também nos visitou, tinha mandado imprimir doze mil exemplares da constituição francesa, traduzida em português, e outros tantos da folhinha revolucionária do *Père Gerard*, e várias prisões se efectuaram de indivíduos, como o célebre Francisco Coelho da Silva, que escreviam ou espalhavam, por meio de cópias, livros e papeis sediciosos [...].<sup>26</sup>

Campos não disse a seus leitores de onde retirou os dados sobre Borel, mas as citações da obra de Luz Soriano que aparecem duas páginas antes e duas páginas depois do trecho citado não deixam dúvidas sobre a sua fonte. Até aqui, portanto, o exemplo criado por Luz Soriano a partir dos eventos de 1792 serviu tanto para demonstrar a penetração das ideias liberais em Portugal quanto para ilustrar as ações antirrevolucionárias da “alta polícia” do Antigo Regime Português.<sup>27</sup>

Sintomaticamente, em 1941, o “fato” foi citado como uma espécie de elogio do antigo Intendente, descrito como zeloso, inteligente e enérgico, características insuficientes, porém, para dar “remédio ao mal que

26 Fernando Campos, *O pensamento contra-revolucionário em Portugal (Séc. XIX)* (Lisboa: J. Fernandes Jr, 1931), 13.

27 Caracterizada como um grupo de funcionários da Coroa que tinha a responsabilidade de manter a comunidade política do regime absolutista português, através da “repressão exclusiva de todos aqueles cujos sentimentos ou conduta desafiassem os padrões estabelecidos de adequação e lealdade”, em especial os “dos portadores de ‘doutrinas alheias à nossa fidelidade’”. Ver: Kirsten Schultz, *Versalhes tropical; império, monarquia e a corte real portuguesa no Rio de Janeiro, 1808-1821* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008), 169.

se agravava de dia para dia”, qual seja, a influência revolucionária e liberal em Portugal. Escrevendo em meio ao principal “refluxo” da defesa do liberalismo (e do iluminismo em geral), representado pela ascensão de movimentos autoritários ou extremamente conservadores, como o Salazarismo, o autor anônimo demonstrou afinidade com os métodos de Pina Manique, e repetiu as informações de Luz Soriano, sem qualquer referência ou citação formal.<sup>28</sup>

Depois de um novo intervalo – mais curto – e da transferência de solo lusitano para o brasileiro, as referências aos doze mil exemplares mandados traduzir por Diogo Borel retornaram no livro do advogado, jornalista e político paulista Carlos Rizzini,<sup>29</sup> *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil*.<sup>30</sup> A mesma informação foi repetida por Rizzini em 1957, em seu livro sobre *Hipólito da Costa e o Correio Brasiliense*, e se referia ao contrabando de livros proibidos para dentro dos limites do Império e à atuação dos livreiros de origem francesa neste comércio:

Desde os meados do século XVIII – informa Teófilo Braga – quase todos os livreiros de Lisboa vinham da França, fundavam casas com honradez proverbial e disseminavam as publicações modernas, “por meio das quais o espírito crítico do enciclopedismo entrava neste desgraçado país marasmado pela imbecilidade”. Honradez proverbial no modo de ver do autor. Não no do Intendente, para quem o livreiro José Dubié não passava de malvado bota-fogo “duas vezes preso pela achada de livros incendiários que vendia nesta cidade”. Nada menos de 12 mil exemplares da *Constituição Francesa* introduziu em Portugal o livreiro Diogo Borel. Quando ainda nenhuma obra de Voltaire recebera o plácito da Mesa Censó-

28 Academia das Ciências de Lisboa, *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa*, Classe de Letras. (Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1941), 141.

29 Paulo da Rocha Dias. *O amigo do rei: Carlos Rizzini, Chatô e os Diários Associados*. (Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004).

30 Carlos Rizzini, *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil, 1500-1822* (São Paulo e Rio de Janeiro: Kosmos, 1946), 264.

ria, estranhava Pereira de Figueiredo fosse ele "o autor que ordinariamente andasse nas mãos da mocidade portuguesa e formasse o gosto e a base dos seus primeiros estudos."<sup>31</sup>

A obra referencial de Teófilo Braga, citada por Rizzini, é *Bocage: Sua Vida e Época Literária*, publicada, originalmente, em 1877. A citação encontra-se em uma nota de rodapé, que menciona a *conta* de Pina Manique sobre a chegada do navio que transportou Diogo Borel de Paris a Lisboa.<sup>32</sup>

O historiador, jornalista, militar e militante do Partido Comunista Brasileiro<sup>33</sup> Nelson Werneck-Sodré continuou a cadeia de citações do evento “Diogo Borel” em sua *História da imprensa no Brasil*, de 1966, relatando brevemente a atuação do Intendente Pina Manique sobre os livros sediciosos e livreiros que os comercializavam, aludindo, sem referenciar nenhuma outra obra ou documento, que “Diogo Borel introduzira em Portugal, segundo se escreveu, nada menos que doze mil exemplares da Constituição Francesa”.<sup>34</sup>

Em um artigo publicado em 1972 na *Revista da Faculdade de Letras* da Universidade do Porto, o historiador português António Cruz, sobre a vida de Manuel Fernandes Thomás, participante ativo da revolução liberal de 1820 e fiel defensor do “Vintismo” e da “regeneração” portuguesa, descreveu (sem fazer referências a fontes ou bibliografia anterior) o episódio envolvendo Diogo Borel como antecedente importante da atuação política dos liberais portugueses:

[...] Podemos também chamar aqui ao plano de reflexão certos factos ou meras presunções de que ficou memória

31 Carlos Rizzini *Hipólito da Costa e o Correio Brasiliense* (São Paulo: Companhia Editora Nacional, [1957]), 67

32 Teófilo Braga, *Bocage: Sua Vida e Época Literária* (Braga: Edições Vercial, 2014).

33 Lucileide Costa Cardoso, “Nelson Werneck Sodré: Censura, Repressão e Resistência,” *Anos 90* 20, n.º 37 (2013).

34 Nelson Werneck-Sodré, *História da imprensa no Brasil* (Rio de Janeiro: Graal, 1966), 16.

nos registros da Intendência Geral da Polícia, ao tempo em que nela superintendia Diogo de Pina Manique. Factos ou presunções relacionados com a época em causa [as influências intelectuais e literárias do *Vintismo*], porém não exclusivos, quanto ao lugar, da cidade de Lisboa, embora aí observados com maior frequência.

Recordemos, portanto, que em 1792 desembarca no Tejo Diogo Borel, trazendo consigo doze mil exemplares da constituição francesa traduzida para nossa língua. No ano seguinte, é detido Francisco Coelho da Silva, autor de uma *Censura á constituição francesa* e de outras publicações consideradas subversivas. Entretanto, relatórios chegados às mãos do Intendente começam a denunciar sintomas da existência e da actividade da maçonaria.<sup>35</sup>

O filósofo Paulo Mercadante escreveu, no mesmo ano, sua obra *A consciência conservadora no Brasil*, em que o exemplo de Diogo Borel foi citado para ilustrar a repercussão, no Brasil, das ideias do século XVIII, “principalmente as do pensamento francês comprometidas com o materialismo”, manifestas através de ideias revolucionárias, refugiadas “nas lojas maçônicas” responsáveis, junto com a Universidade de Coimbra, pelo “noviciato da rebeldia”. Estabelecendo uma teleologia, o autor afirma que “os tempos eram novos e o surto progressista como sempre irreversível. A reforma pombalina, fundada nas considerações de Verney, encerrava a crítica ao espírito medieval, ao escolasticismo árabe-peripatético, dominante no ensino jesuítico português”. Os livros de Borel eram “a francesia, doença social a que aludia certo beleguim do tempo”. Para Mercadante, que também não faz nenhuma referência documental ou bibliográfica às informações apresentadas, “a circulação clandestina de livros suplantava a comercial”.<sup>36</sup>

35 António Cruz, “O primeiro dos regeneradores,” *Revista da Faculdade de Letras: História*, série I, 03 (1972): 17.

36 Paulo Mercadante, *A Consciência Conservadora no Brasil: contribuição ao estudo da formação brasileira* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972), 122-23.



Em ponto diametralmente oposto do espectro político, o historiador e professor da Universidade de São Paulo Fernando Novais, em sua obra (considerada um clássico historiográfico) *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial*, publicada em 1979, com diversas reedições ao longo da década seguinte, citou igualmente o episódio, a partir da *História da imprensa* de Werneck-Sodré que, como vimos, não cita suas fontes neste assunto em especial. Ainda assim, a citação de Novais traz semelhanças com a obra de Luz Soriano para que se deduza ser esta a origem de ambas as citações. Novais também demonstra ceticismo – ainda que somente através de uma pequena expressão gráfica – quanto às quantidades relatadas:

[...] Pina Manique, que era ao mesmo tempo intendente da polícia e dos contrabandos, prevenia, por exemplo, sobre o navio francês “Dois Irmãos”: nele viajava o impressor Diogo Borel que já se houvera na metrópole com a repressão e que, informava o truculento intendente, mandara imprimir doze mil (!) volumes da constituição francesa em português, e mais ainda outros tantos da “Folhinha do Pai Gerardo” cujo autor era “um famoso incendiário de doutrinas errôneas e sediciosas”; e mais viajava um certo Tomas Secuen, natural de Paris, negociante [...].<sup>37</sup>

### **O fato e a historiografia – fins do século XX e início do século XXI**

Diversos (mas não todos) desses trabalhos realizados na primeira metade do século XX, em especial a partir dos anos 1950, se construíram também “no contexto das lutas políticas e das controvérsias ideológicas de seu próprio tempo”,<sup>38</sup> e os usos do fato em questão, frequentemente

37 Fernando A. Novais, *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)* (São Paulo: HUCITEC, 1979): 211.

38 Rebecca Gontijo, “A história da historiografia no Brasil, 1940-1970: apontamentos sobre sua escrita,” *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH* (julho 2011) (Disponível em [http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300912250\\_ARQUIVO\\_ANPUH2011TextoRebecaGontijo.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300912250_ARQUIVO_ANPUH2011TextoRebecaGontijo.pdf)).

justificava tomadas de posições, com eventuais construções teleológicas às avessas, em que um encadeamento causal era usado para justificar posições políticas dos autores no momento da escrita. Noutros casos, a preocupação se dava somente na construção de modelos de macroexplicações, também elas feitas a partir de tomadas de posição ideológica. Os movimentos da “virada linguística”, além das reflexões em torno da obra de Michel Foucault, Carlo Ginzburg, Paul Veyne e Michel de Certeau, permitiram abandonar explicações “modelares” em história, e realizar análises criadas a partir de uma noção de descontinuidade dos saberes, e de visões. Assim, embora a ruptura não seja tão rigorosa em termos de datas, os trabalhos escritos a partir da década de 1980 – frequentemente, mas não sempre – adotaram perspectivas diferentes no uso do fato. A isso se pode somar a maior liberdade – literal – gozada por historiadores após o fim de ambas as ditaduras portuguesa e brasileira para abordar temas razoavelmente proscritos sob os regimes autoritários e, no caso brasileiro, a crescente profissionalização da prática dos historiadores a partir da ampliação dos cursos de pós-graduação em história, que provocou, por sua vez, uma maior institucionalização das práticas historiográficas de referência e consulta das fontes.

Por exemplo, em 1980, escrevendo uma ampla análise sobre a censura literária portuguesa – inclusive a do Estado Novo – e citando o episódio das traduções feitas por Borel a partir da obra de Simão Luz Soriano, Graça Almeida Rodrigues, em sua *Breve história da censura literária em Portugal*, falou sobre como as ideias revolucionárias “propagaram-se efectivamente em Portugal”. A denúncia do embaixador e a chegada do navio eram, para a autora, parte das provas dessa efetivação, em conjunção com outros eventos correlatos, como a expulsão de nacionais franceses que faziam propaganda revolucionária em 1792.<sup>39</sup> Também em 1980, Graça da Silva Dias e José Sebastião da Silva Dias escreveram sobre a maçonaria em Portugal, utilizando o episódio das constituições traduzidas como exemplo de atuação maçônica, citando

39 Graça Almeida Rodrigues, *Breve história da censura literária em Portugal* (Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1980), 43.

o trecho da *História da guerra civil* de Luz Soriano como fonte para as informações: “Pela mesma altura (e não consta que em digressão turística), desembarcava em Lisboa, na companhia de correlegionários, Diogo Borel, o editor da Constituição em português e do *Almanach du père Gerard*”.<sup>40</sup> Três anos depois, em sua *História de Portugal*, José Hermano Saraiva repetiu a citação, sem referência à fonte da informação.<sup>41</sup>

O historiador francês Jacques Marcadé retomou o episódio, em 1988, a partir da obra de Graça da Silva Dias e José Sebastião da Silva Dias sobre a maçonaria, para falar, por sua vez, sobre o episcopado português (particularmente Frei Manuel do Cenáculo) e a Revolução Francesa. Para este autor, o episódio da tradução dos livros (especialmente o *Père Gérard*) era um indício da ineficácia parcial da censura, mesmo depois de reorganizada no período Mariano.<sup>42</sup>

No lado brasileiro, Afonso Carlos Marques dos Santos escreveu, já na década seguinte, sobre a atuação do embaixador português quando citava o aviso sobre Diogo Borel, a partir do ofício original do embaixador. Segundo ele, o embaixador “mantinha a Corte de Lisboa permanentemente atualizada, prevenindo as autoridades do perigo da difusão das idéias revolucionárias”.<sup>43</sup> O episódio envolvendo Diogo Borel ilustrava, segundo o autor, essa atuação.

De novo no lado português, Luís António de Oliveira Ramos (cuja obra em torno da história do livro e da leitura é bastante ampla) ofereceu um primeiro questionamento da informação, com base em pesquisa relevante no campo da história da palavra impressa. Em artigo de 1994 sobre vestuário português ao fim do século XVIII, Ramos ampliou os exemplos da ação do embaixador português citando a denúncia, em 1791, da vinda para Portugal do autor das *Ligações Perigosas*, mem-

40 Graça Silva Dias e José Sebastião da Silva Dias, *Os primórdios da maçonaria em Portugal* (Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1980), 360.

41 José Hermano Saraiva, *História de Portugal* (Lisboa: Publicações Alfa, 1983), 183.

42 Jacques Marcadé, “L’Épiscopat portugais et la Révolution Française”, *Revista Portuguesa de História* XXIII (1988): 100.

43 Afonso Carlos Marques dos Santos, *No rascunho da nação: inconfidência no Rio de Janeiro* (Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1992), 64.

bro do *Cercle Social*, associação ligada aos jacobinos e empenhada em “difundir, nos países europeus e americanos, as novas doutrinas”. Segundo Ramos, Cloderlos de Laclos “era tão conhecido como entusiasta das novas ideias e, por outro lado, sabia-se que, sob a capa de missões científicas, o *Cercle Social* tinha em mente um plano de propaganda revolucionária envolvendo o Brasil, razão por que deviam ser tomadas todas as preocupações”.<sup>44</sup> Sobre o episódio de Diogo Borel, Ramos considerou que:

Seria Borel um agente especial a serviço do governo revolucionário?

Eis uma interrogação que surge. Não se afigura provável que, pessoalmente, se decidisse a investir os capitais necessários à impressão de tantos exemplares de um texto considerado subversivo em Portugal. Aventamos, de preferência, a hipótese de que tenha recebido um subsídio governamental ou particular para realizar a tarefa em causa.<sup>45</sup>

O artigo de Ramos, ao qual se somam diversos outros trabalhos de história da circulação do livro e, conseqüentemente, das ideias, em Portugal, não traz nenhuma nota aludindo à fonte das informações, ainda que, ao longo do texto, (de fato, poucas linhas abaixo da citação) a obra de Luz Soriano seja mencionada.

José Augusto dos Santos Alves, em sua tese de doutoramento em história das ideias políticas, defendida na Universidade Nova de Lisboa no ano 2000, versando sobre o tema da opinião pública em Portugal no período final do absolutismo, retomou o episódio a partir das “contas” de Pina Manique. Para este autor, tratava-se do confronto entre as funções da “alta polícia” que devia “impedir, obstacularizar ou prevenir a

44 Luís António de Oliveira Ramos, “Notas sobre o trajar dos portugueses à Revolução Francesa,” *Intercâmbio: Revue d’Études Françaises=French Studies Journal* 05 (1994): 7.

45 Ramos, “Notas,” 16.

corporização de manifestações inconveniente[s] ao regime” e uma “nova imagética, que vai aflorando aqui e ali, como sintoma de um movimento subterrâneo, que calculisticamente escolhe a melhor oportunidade e conjuntura para aparecer e erigir-se como uma nova forma de direcção e domínio da sociedade”.<sup>46</sup> No mesmo ano, Luís Villalta mencionou o alerta do embaixador a partir da obra de Afonso Carlos Marques dos Santos.<sup>47</sup>

Marianne Reisewitz, em 2002, também se utilizou de uma descrição sucinta do episódio para falar da entrada de obras estrangeiras em Portugal, acrescentando, sem fazer referências documentais ou historiográficas, que “[l]ivros e também a maior parte dos livreiros que burlavam a alfândega portuguesa, eram oriundos da França, tirando as noites de sono e ocupando frequentemente o intendente de polícia Pina Manique”.<sup>48</sup>

No ano seguinte, Adelto Gonçalves publicou uma biografia do poeta Bocage em que o caso de Diogo Borel é citado, a partir da “conta” de Pina Manique sobre a chegada do navio “Duas Irmãs” como exemplo de exaltação dos ânimos e da avidez dos portugueses por notícias da França, manifestando “abertamente sua satisfação quando recebiam informações favoráveis à causa da liberdade”.<sup>49</sup> Também em 2003, Ana Cristina Araújo, estudando a cultura das luzes em Portugal, mencionou o episódio de Diogo Borel a partir do livro de Graça da Silva Dias e José Sebastião da Silva Dias, como um fenômeno pouco surpreendente, completamente condizente, portanto, com a vinda de livros e ideias “iluministas” para Portugal desde a França.<sup>50</sup>

Continuando a saga de citações, António Egídio Fernandes Loja, em uma crônica da revolução liberal na Ilha da Madeira publicada em

46 José Augusto dos Santos Alves, “*A opinião pública em Portugal (1780-1820)*” (Tese de Doutorado, Universidade Nova de Lisboa, 2000), 160.

47 Luís Carlos Villalta, *1789-1808 – O império luso-brasileiro e os Brasís* (São Paulo: Companhia das Letras, 2000), 26.

48 Marianne Reisewitz, “O ideário iluminista no Brasil,” *Entre passado & futuro; revista de história contemporânea* 1 (maio 2002): 47.

49 Adelto Gonçalves, *Bocage, o perfil perdido* (Lisboa: Editorial Caminho, 2003), 185.

50 Ana Cristina Araújo, *A cultura das luzes em Portugal: temas e problemas* (Lisboa: Livros Horizonte, 2003), 87.

2008 e citando a conta em que Pina Manique relatou a chegada do navio “Duas Irmãs”, vinculou o episódio a eventos locais concomitantes, como as inspeções nos portos da Madeira em busca de livros, “veículo mais evidente de propaganda revolucionária”, e a perseguição, também ocorrida em agosto de 1792, “às duas maiores e mais importantes lojas maçônicas” da ilha.<sup>51</sup>

A referência cronologicamente subsequente ao “evento” em foco é a de Michèle Janin-Thivos em *Répression et censure durant les Invasions Napoléoniennes*. No artigo de 2010, cujo objeto é o tratamento dos franceses visados pela estrutura de repressão do Antigo Regime português, a autora mencionou o contrabando da tradução da Constituição e do *Père Gérard*, a partir do *Tableau de Lisbonne en 1796*, ainda que, nesta obra, como vimos acima, Diogo Borel seja citado como benfeitor dos extraditados estrangeiros de 1793, sem fazer alusão direta ao episódio que levou à sua prisão.<sup>52</sup>

As referências mais recentes encontradas sobre o episódio das traduções supostamente feitas por Diogo Borel estão, novamente, em textos de Ana Cristina Araújo, em 2011 e 2012, sobre a influência de Napoleão Bonaparte em Portugal. Ao falar da propaganda revolucionária, surgem os doze mil exemplares denunciados pelo embaixador português, o *Cercle Social* e Pierre Cloderlos de Laclos.<sup>53</sup> Neste item, a nota de referência refere-se à passagem, já familiar neste texto, na obra de Luz Soriano. Esta autora também vincula a denúncia com a prisão de Francisco Coelho da Silva, acusado de traduzir a *Declaração dos direitos do homem e do cidadão*.<sup>54</sup> Além dessas, Marisa Midori Daecto e

51 António Egídio Fernandes Loja, *Crónica de uma revolução; a Madeira na Revolução Liberal* (Funchal: Empresa Municipal Funchal 500 anos, 2008).

52 Michèle Janin-Thivos, “Répression et censure durant les «Invasions Napoléoniennes». Une voie étroite pour les Français installés au Portugal,” *Rives méditerranéennes* 36 (2010): 34.

53 Ana Cristina Araújo, “Napoleão Bonaparte e Portugal. Patriotismo, Revolução e Memória Política da Resistência,” *Carnets, Invasions & Évasions. La France et nous; nous et la France* (outono-inverno 2011-2012): 14; Ana Cristina Araújo, “Napoleão Bonaparte e Portugal: momento constitucional e imaginário político de uma geração,” in *Uma coisa na ordem das coisas: estudos para Ofélia Paiva Monteiro*, org. Carlos Reis, José Augusto Bernardes e Helena Santana (Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012), 15.

54 Araújo, “Napoleão,” 16.

Lincoln Secco reafirmam a existência dos 12 mil exemplares mandados fazer por Diogo Borel, mas desta vez distribuídos na corte do Rio de Janeiro, em livro publicado em 2014.<sup>55</sup>

### Conclusão

Para além do universo historiográfico, o evento, que foi construído como justificador e legitimador de vários fenômenos concomitantes – propaganda liberal, ação revolucionária, influência maçônica, etc. –, “existe” embora, de fato, seja pouco crível que as traduções tenham sido feitas e o contrabando efetivado. No imaginário identitário, tanto brasileiro como português, Diogo Borel se tornou um signo, um catalisador de fenômenos e, como tal, passou a fazer parte das representações da época. É por isso que o fenômeno foi incorporado à maneira como os portugueses experimentam seu passado, tendo sido veiculado em uma transmissão de rádio da RDP em 1971, pelo mesmo António Cruz (1971) que escreveu sobre o último dos regeneradores, com a devida aprovação dos censores salazaristas;<sup>56</sup> na literatura, com o romance de Luís Rosa sobre Manuel Maria Barbosa do Bocage, publicado em 2006, provavelmente em função do bicentenário da morte do poeta<sup>57</sup> e na televisão, com a minissérie sobre o mesmo poeta libertino, produzida e veiculada pela RTP (também em 2006) em que o personagem de Borel é central e retratado como amigo do poeta.<sup>58</sup>

O que temos, então, é um evento histórico que resultou de processos sociopolíticos do fim do século XVIII. Um evento que, em si, nunca existiu (ou, melhor dizendo, não há provas concretas de sua existência), pois as evidências documentais apontam para a transmissão de

55 Marisa Midori Daecto e Lincoln Secco, “Seditious books and the idea of revolution in Brazil,” in *Books and Periodicals in Brazil: 1768-193. A transatlantic perspective*, org. Ana Cláudia Suriane Silva e Sandra Vasconcelos (Londres: Legenda/Routledge, 2014), 52.

56 António Cruz. *O Norte na História e na tradição*. Crónica semanal. (RTP, 28/12/1971). <http://museu.rtp.pt/app/uploads/dbEmissoraNacional/Lote%2052/00019257.pdf>.

57 Luís Rosa. *Bocage, a vida apaixonada de um genial libertino* (Lisboa: Editorial Presença, 2006).

58 Fernando Vendrell (Realizador) e José Sarmento de Matos (Consultor Histórico). RTP – Radiotelevisão Portuguesa. *Bocage* – Sinopse. s./d. [http://tv.rtp.pt/wportal/press/fixs\\_fotos/apresentacao\\_bocage/Bocage.pdf](http://tv.rtp.pt/wportal/press/fixs_fotos/apresentacao_bocage/Bocage.pdf).

um rumor, por parte do informante do embaixador português em Paris, enviado pela cadeia de poder até os representantes da “alta polícia” imperial. Ainda que tal rumor, ou boato, se insira plenamente no contexto francês do período, conforme explicita a vasta obra de Robert Darnton sobre o tema da circulação de impressos e ideias na França revolucionária,<sup>59</sup> a menos que sejam apresentadas novas fontes que corroborem que, de fato, foram feitas traduções da *Constituição* e do *Père Gérard* sob encomenda de Diogo Borel, que as transportou consigo para Lisboa, não temos porque acreditar na veracidade da denúncia.

Porém, a significância do evento é dada pelas reações que ele provocou, semelhantes àquelas narradas por Darnton para a França. O embaixador, o Intendente e outros membros da corte, acreditaram na possibilidade do evento. Na paranoia vigente à época da revolução francesa, especialmente na fase da Convenção Nacional, pouco antes do “Terror”, que coincide com a denúncia do embaixador Souza Coutinho e as ações de Pina Manique, eles reagiram em conformidade com práticas bem estabelecidas de vigilância sobre ideias e os livros que as continham, estabelecidas desde a década de 1760 com a criação da Real Mesa Censória. Em um quadro analítico que compare as práticas de censura com a repressão política exercida pela Intendência, não surpreende que esses agentes do Estado agissem como agiram.

Estes, por sua vez, flutuaram entre uma análise desta reação ao estabelecimento do evento como “verdade” historiograficamente estabelecida (iniciado por Luz Soriano, no século XIX, com o evento por ele citado tomado por seu valor de face) e a suspicaz análise de Luís António de Oliveira Ramos. O fato de se reproduzir esta convicção de verdade, porém, não altera o que se pode pensar sobre a qualidade e a natureza científica do trabalho dos autores que a citam.

59 Robert Darnton. *Edição e sedição; o universo da literatura clandestina no século XVIII* (São Paulo: Companhia das Letras, 1992); Roberto Darnton. *Os dentes falsos de George Washington – um guia não convencional para o século XVIII* (São Paulo: Companhia das Letras, 2003); Robert Darnton. *The devil in the Holy Water; or the art of slander from Luis XIV to Napoleon* (Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2010); Robert Darnton. *Poetry and the police – coommunication networks in Eighteenth-Century Paris* (London: The Belknap Press, 2010).



Embora diversos dos trabalhos escritos a partir dos anos 1980 tivessem em mente processos sociais amplos, nos quais a referência aos livros de Borel era meramente um “detalhe corroborativo”, não provocou estranhamento o excessivo volume editorial, com o respectivo empenho financeiro que um tal empreendimento significaria à época, como podemos ver ao compararmos outros empreendimentos editoriais, como o do Arco do Cego ou alguns dos esforços editoriais de Francisco Rolland<sup>60</sup> Do ponto de vista historiográfico, a citação sequencial demonstrada provoca a imaginação do historiador sobre quantas dessas mesmas “verdades” historiograficamente definidas existem e se perpetuam pelo uso recorrente das citações. O evento em si foi apropriado e perpetuado pela historiografia, com diferentes tipos de apropriação e graus de cuidado com sua consistência, como boato.<sup>61</sup> Descontextualizado, o fato justifica posições políticas distintas, conforme a maré das tendências flui. Contextualizado, ele existiu sobretudo como sintoma do medo coletivo de tudo o que soasse minimamente francês, confirmando o temor da circulação de escritos incendiários e a violência (e ineficácia) da censura. Neste caso, os métodos de trabalho da história do livro, adotados como ponto de partida investigativo gerado por pesquisa anterior,<sup>62</sup> puderam ajudar a perceber essas tomadas de posição que perpetuaram a referência não problematizada aos “doze mil exemplares” da Constituição, mandados traduzir e circular por Portugal em 1793.

60 Fernanda Maria Guedes de Campos, Diogo Ramada Curto e Ana Paula Tudela, *A Casa Literária do Arco do Cego: bicentenário, (1799-1801): “sem livros não há instrução”* (Lisboa: Biblioteca Nacional/Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1999); DeNipoti, “O livreiro que preferia,” 385-411.

61 O boato como fonte histórica tem sido explorado por historiadores de forma bastante sistemática. Basta lembrar que Marc Bloch escreveu *Os reis taumaturgos*, instigado pelos boatos que presenciou nas trincheiras, preocupando-se com as operações sociais provocadas pela crença no milagre dos reis. Ver: Marc Bloch, *Os reis taumaturgos* (São Paulo: Companhia das Letras, 1993), 23. A obra de Robert Darnton sobre o boato como força política, presente em diversos dos seus livros, também ilustra o uso – e a importância – do boato na prática dos historiadores.

62 Cláudio DeNipoti, “O embaixador; o livreiro e o policial. Circulação de livros proibidos e medo revolucionário em Portugal na virada do século XVIII para o XIX,” *Varia Historia* 30, n.º 52 (2014): 129-50.

## FONTES E REFERÊNCIAS

- Academia das Ciências de Lisboa. *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa*. Classe de Letras. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1941.
- Alves, José Augusto dos Santos. “A opinião pública em Portugal. (1780-1820)”. Tese de Doutoramento. Universidade Nova de Lisboa, 2000.
- Anonyme [attribué à Carrere], *Tableau de Lisbonne en 1796*. Paris: Jansen éditeur, 1797.
- Araújo, Ana Cristina. *A cultura das luzes em Portugal: temas e problemas*. Lisboa: Livros Horizonte, 2003.
- Araújo, Ana Cristina. “Napoleão Bonaparte e Portugal. Patriotismo, Revolução e Memória Política da Resistência”. *Carnets, Invasions & Évasions. La France et nous; nous et la France*, número especial (Outono-Inverno 2011-2012), 13-28.
- Araújo, Ana Cristina. “Napoleão Bonaparte e Portugal; momento constitucional e imaginário político de uma geração”. In *Uma coisa na ordem das coisas: estudos para Ofélia Paiva Monteiro*, org. por Carlos Reis, José Augusto Bernardes & Helena Santana, 15-39. Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012.
- ANTT. Intendência Geral de Polícia, maço 01, caixa 01.
- ANTT, Intendência Geral de Polícia, contas das secretarias, livro 3, f. 247.
- ANTT. Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) Cx 576. of. 44.
- ANTT, Ministério do Reino, Maço 453.
- ANTT. Real Mesa Censoria, cx 139.
- Braga, Teófilo. *Bocage: Sua Vida e Época Literária*. Porto: Edições Vercial, 2014.
- Bloch, Mark, *Os reis taumaturgos*. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.
- Campos, Fernanda Maria Guedes de, Diogo Ramada Curto, e Ana Paula Tudela. *A Casa Literária do Arco do Cego: bicentenário, (1799-1801):” sem livros não há instrução”*. Lisboa, Biblioteca Nacional – Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1999.
- Campos, Fernando. *O pensamento contra-revolucionário em Portugal (Sec. XIX)*. Lisboa: J. Fernandes Jr, 1931.
- Cardoso, Lucileide Costa. “Nelson Werneck Sodré: Censura, Repressão e Resistência”. *Anos 90*, v. 20, n. 37, (2013): 237-267.
- Cezar, Temistocles Americo Correa. “Lição sobre a Escrita da História: historiografia e nação no Brasil do século XIX”. *Diálogos: revista do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá*. Vol. 8, n. 1 (2004): 11-29.
- Constituicion*. Paris: de l’Imprimerie de Baudoin Londres chez J Debrett, 1791.
- Curto, Diogo Ramada. “Prefácio”. In *Livreiros de Setecentos*, org. por Manuela Domingos, 10-47. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2000.
- Curto, Diogo Ramada, Manuela D. Domingos, Dulce Figueiredo e Paula Gonçalves. *As gentes do livro: Lisboa, Século XVIII*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2007.
- Cruz, António. *O Norte na História e na tradição. Crónica semanal*. (RTP, 28/12/1971). (Disponível em <http://museu.rtp.pt/app/uploads/dbEmissoraNacional/Lote%2052/00019257.pdf>.)
- Cruz, António. “O primeiro dos regeneradores”. *Revista da Faculdade de Letras: História*, série I, vol. 03, (1972): 9-50.
- Daecto, Marisa Midori e Lincoln Secco. “Seditious books and the idea of revolution in Brazil”. In *Books and Periodicals in Brazil; 1768-1930. A transatlantic perspective*, org. por Ana Cláudia Suriane Silva e Sandra Vasconcelos, 52-67. Londres: Legenda/Routledge, 2014.

Darnton, Robert. *Edição e sedição; o universo da literatura clandestina no século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

Darnton, Robert. *Os dentes falsos de George Washington – um guia não convencional para o século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

Darnton, Robert. *The devil in the Holy Water; or the art of slander from Luis XIV to Napoleon*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2010.

Darnton, Robert. *Poetry and the police – coommunication networks in Eighteenth-Century Paris*. London, The Belknap Press, 2010.

DeNipoti, Cláudio. “Comércio e circulação de livros entre França e Portugal na virada do século XVIII para o XIX ou quando os ingleses atiraram livros ao mar.” *Revista Brasileira de História* 28, nº 56 (2008): 431-48.

Denipoti, Cláudio. “O embaixador; o livreiro e o policial. Circulação de livros proibidos e medo revolucionário em Portugal na virada do século XVIII para o XIX.” *Varia Historia* 30, nº 52 (2014): 129-50.

DeNipoti, Claudio. “O livreiro que prefaciava (e os livros roubados); os prefácios de Francisco Rolland e a circulação de livros no império português ao fim do século XVIII.” *História: Questões & Debates* 65, nº 1 (2017): 385-411.

Dias, Graça Silva e José Sebastião da Silva Dias. *Os primórdios da maçonaria em Portugal*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1980.

Dias, Paulo da Rocha. *O amigo do rei: Carlos Rizzini, Chatô e os Diários Associados*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004.

Domingos, Manuela D. *Livreiros de setecentos*. Lisboa, Biblioteca Nacional, 2000.

Fernando Vendrell (Realizador) & José Sarmiento de Matos (Consultor histórico). RTP – Radiotelevisão Portuguesa. *Bocage – Sinopse*. s./d. [http://tv.rtp.pt/wportal/press/fixs\\_fotos/apresentacao\\_bocage/Bocage.pdf](http://tv.rtp.pt/wportal/press/fixs_fotos/apresentacao_bocage/Bocage.pdf).

Gonçalves, Adelto. *Bocage, o perfil perdido*. Lisboa: Editorial Caminho, 2003.

Gontijo, Rebecca. “A história da historiografia no Brasil, 1940-1970: apontamentos sobre sua escrita.” *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, (Julho 2011) (disponível em [http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300912250\\_ARQUIVO\\_ANPUH2011TextoRebecaGontijo.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300912250_ARQUIVO_ANPUH2011TextoRebecaGontijo.pdf)).

Grafton, Anthony. *As origens trágicas da erudição*; pequeno tratado sobre a nota de rodapé. Campinas: Papyrus, 1998.

Grainha, Manuel Borges. *Histoire de la franc-maçonnerie em Portugal, 1733-1912*. Lisboa: Imp. A Editora, 1913.

Janin-Thivos, Michèle. “Répression et censure durant les «Invasions Napoléoniennes». Une voie étroite pour les Français installés au Portugal.” *Rives méditerranéennes* 36 (2010): 25-50.

Karmin, Otto. “La Revolution française vue de l’intendance de Lisbonne (1792-1796).” *Revue historique de la Révolution Française et le Empire* 14 (Jan.-Déc. 1919): 81-207.

Loja, António Egidio Fernandes. *Crónica de uma revolução; a Madeira na Revolução Liberal*. Funchal: Empresa Municipal “Funchal 500 anos”, 2008.

Macadé, Jacques. “L’Épiscopat portugais et la Révolution Française.” *Revista Portuguesa de História*, XXIII (1988): 91-109.

Martins, Maria Teresa Esteves Payan. *A censura literária em Portugal nos séculos XVII e XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2005.

Mendes, Ricardo Antonio Souza. “O Medo francês.” *Métis: história & Cultura* 5, nº 10 (Jul.-Dez. 2006): 101-19.

Mercadante, Paulo. *A Consciência Conservadora no Brasil; contribuição ao estudo da formação brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

Neves, Lúcia Maria Bastos P. e Tânia Maria Bessone Ferreira. “O medo dos ‘abomináveis princípios franceses’: a censura dos livros nos inícios do século XIX no Brasil.” *Acervo* 4, nº 1 (Jan./Jun. 1989): 113-19.

Novais, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. São Paulo: HUCITEC, 1979.

Pintassilgo, Joaquim. “A Revolução Francesa na perspectiva de um diplomata português. A correspondência oficial de António de Araújo de Azevedo.” *Revista de História das Ideias* 10 (1988): 131-44.

Ramos, Luís António de Oliveira. “Da aquisição de livros proibidos nos fins do século XVIII: (casos portugueses).” *Revista da Faculdade de Letras: História* nº 04/05 (1973-1974): 329-38.

Ramos, Luís Antonio de Oliveira. *Sob o signo das “luzes”*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1988.

Ramos, Luís Antonio de Oliveira. “Notas sobre o trajar dos portugueses à Revolução Francesa.” *Intercâmbio: Revue d’Études Françaises=French Studies Journal*, nº 5 (1994): 7-19.

Ramos, Paulo Jorge Pontes. “Simão José da Luz Soriano: de liberal inflamado a homem conformado.” Tese de Mestrado. Universidade do Porto, 2011.

Reis, José Carlos. *Escola dos Annales: a inovação em história*. São Paulo, Paz e Terra, 2000.

Reisewitz, Marianne. “O ideário iluminista no Brasil.” *Entre passado & futuro; revista de história contemporânea* 1 (maio 2002): 41-57.

Rizzini, Carlos. *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil, 1500-1822*. Rio de Janeiro: Kosmos, 1946.

Rizzini, Carlos. *Hipólito da Costa e o Correio Brasiliense*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, [1957].

Rodrigues, Graça Almeida. *Breve história da censura literária em Portugal*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa/Ministério da Educação e Ciência, 1980.

Rojas, Carlos Antonio Aguirre. *Fernand Braudel e as ciências sociais*. Londrina: EDUEL, 2003.

Rosa, Luís. *Bocage, a vida apaixonada de um genial libertino*. Lisboa: Editorial Presença, 2006.

Santos, Afonso Carlos Marques dos. *No rascunho da nação: inconfidência no Rio de Janeiro*. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro: Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1992.

Santos, Maria Áquila Neves dos. “Pré-Revolução e Revolução em França (1788-1789). A óptica do Embaixador Sousa Coutinho.” Tese de Licenciatura. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1970.

Saraiva, José Hermano. *História de Portugal*. Lisboa: Publicações Alfa, 1983.

Sardica, José Miguel. “Os partidos políticos no Portugal oitocentista (discursos historiográficos e opiniões contemporâneas).” *Análise Social* XXXII, nº 142 (1997): 557-601.

Silva, Júlio Rodrigues da. “Simão José da Luz Soriano e o liberalismo moderado (1858-1860).” *Cultura. Revista de História e Teoria das Ideias* 22, nº 5 (2006): 151-175.

Soriano, Simão José da Luz. *História da guerra civil e do estabelecimento do governo parlamentar em Portugal, compreendendo a história diplomática, militar e política d’este reino desde 1777 até 1834*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1866.

Schultz, Kirsten. *Versalhes tropical: império, monarquia e a corte real portuguesa no Rio de Janeiro, 1808-1821*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

Souza, Manoel Francisco de Barros, e Visconde de Santarém. *Quadro elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal*. Paris: J. P. Aillaud, 1851.

Villalta, Luiz Carlos. "Reformismo ilustrado, censura e práticas de leitura: usos do livro na América Portuguesa." Tese, Universidade de São Paulo, 1999.

Villalta, Luís Carlos. *1789-1808 – O império luso-brasileiro e os Brasis*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

Werneck-Sodré, Nelson. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1966.

**Referência para citação:**

DeNipoti, Cláudio. "Historiadores citando historiadores: afirmações de verdades e a construção do discurso histórico (Diogo Borel e as traduções da Constituição francesa)." *Práticas da História, Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past*, n.º 7 (2018): 133-160.